

A ESCOLA BILÍNGUE



ROBERTA COVRE GASPARINI

Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNIFAI (2007); Especialista em Educação Infantil pela Faculdade FMU (2013); Professora de Educação Infantil no CEI Professora Anita Castaldi Zampirolo..

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo discutir o contexto histórico da educação de surdos, bem como as relações de poder inerentes a esse processo. As primeiras tentativas de se educar os surdos surgiram no século XVI e estavam dirigidas às famílias mais abastadas, pois somente elas tinham condições de contratar professores ou preceptores, os quais atuavam de modo sigiloso e individual, ocultando suas práticas de ensino. Além da expectativa de instruir o surdo, o objetivo principal era propiciar sua comunicação com os ouvintes por meio da palavra oralizada, já que os direitos legais eram negados àqueles que não falassem. A escrita e a leitura também eram consideradas importantes formas de comunicação. Vamos refletir sobre como se deu a escola bilíngue.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno Surdo; Educação Inclusiva; Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Durante a Antiguidade e maior parte da Idade Média, os surdos eram considerados imbecis, portanto, incapazes de serem educados. Além disso, qualquer progresso em sua comunicação com os ouvintes era visto como decorrente da vontade divina.

[...] Na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia como em Roma, os surdos não eram considerados como seres humanos completos, pois a condição de ser humano pressupunha o domínio da linguagem expressa pela fala. Percebe-se, que a ideia de considerar o surdo como um não humano, que não tem condições de desenvolver as estruturas de pensamento, trouxe como consequência na construção histórica de percepção do sujeito surdo ouvinte como pessoas incapazes de desenvolver pensamentos abstratos e todo um conjunto de características que se cristalizaram como próprias das pessoas surdas [...] (BORGES DA SILVA, 2003,p.25)

Moura informa que, na Idade Média, os surdos continuavam sendo discriminados por não falar: “A Igreja Católica acreditava que suas almas não poderiam ser consideradas imortais, porque eles não podiam falar os sacramentos”. (MOURA apud BORGES DA SILVA, 2003, p.25)

As primeiras tentativas de se educar os surdos surgiram no século XVI e estavam dirigidas às famílias mais abastadas, pois somente elas tinham condições de contratar professores ou preceptores, os quais atuavam de modo sigiloso e individual, ocultando suas práticas de ensino. Além da expectativa de instruir o surdo, o objetivo principal era propiciar sua comunicação com os ouvintes por meio da palavra oralizada, já que os direitos legais eram negados àqueles que não falassem. A escrita e a leitura também eram consideradas importantes formas de comunicação.

Essa proposta educacional que prioriza a palavra falada é conhecida como “oralismo” e, na história da pedagogia do surdo, prevaleceu sobre outras correntes, como o “gestualismo” e “comunicação total”, por mais de um século. Nela o surdo deverá, por meio da oralização, superar sua surdez na medida em que for se “integrando” ao mundo dos ouvintes.

Os mais antigos defensores dessa forma de pensar foram o português Pereira e o alemão Heinicke, este considerado o fundador do “oralismo” e criador do “método alemão”. Para eles, o uso de sinais atrapalhava o desenvolvimento da língua falada e, conseqüentemente, a interação do surdo com os “normais”.

Em oposição ao oralismo surgiu o gestualismo, corrente que levou em conta as dificuldades dos surdos para se expressar na língua falada, argumentando que a comunicação deveria se fazer pelo uso de gestos e sinais. Um dos pioneiros na defesa do gestualismo foi o abade Charles M. De L’ Epée, que, a partir da observação da comunicação entre os surdos, criou um método educacional estruturado no aprimoramento dos gestos usados por eles, sistematizando os sinais e aproximando-os da língua falada dos ouvintes: o francês. L’ Epée preferiu não trabalhar individualmente e criou a primeira escola para surdos, na qual os educadores deveriam aprender os sinais metódicos para, por meio deles, ensinar a língua falada pelos ouvintes.

Anos mais tarde, as ideias debatidas no I Congresso Internacional sobre a educação de surdos, ocorrido em Paris, em 1878, e no II Congresso Internacional, realizado em Milão, em 1880, reforçaram os argumentos em prol do oralismo, fazendo com que a linguagem gestual fosse praticamente banida do trabalho educacional.

Segundo Pereira (2011, p.11),

[...] A proibição do uso da língua de sinais na educação de surdos por mais de cem anos trouxe como conseqüências baixo rendimento escolar e a impossibilidade de o surdo prosseguir seus estudos em nível médio e superior. A expectativa de normalização do surdo, por meio da fala, transformou o espaço escolar em terapêutico, descaracterizando a escola como espaço de ensino, troca e ampliação de conhecimento. O ensino da fala tirava da escola para surdos um tempo precioso que deveria ser gasto com conhecimento de mundo e conteúdos escolares, entre outros. Por outro lado, a falta da oralização restringia as possibilidades de integração dos surdos nas escolas de ouvintes[...]

Poucas mudanças ocorreram até a década de 1950, quando novas técnicas possibilitaram o uso de próteses auditivas em crianças muito pequenas. Isso endossou ainda mais as práticas oralistas, pois se acreditava que o uso de próteses poderia fazer com que crianças com surdez

chegassem a ouvir e, por conseguinte, a falar.

Nos anos 1950, o americano William Stokoe apresentou uma língua de sinais fundamentada no uso de quiremas (unidades mínimas na dimensão gestual), argumentando que eles teriam a mesma estrutura e possibilidades de produzir grande número de significados como os fonemas da língua falada. Para ele, um sinal pode ser decomposto em três parâmetros: o lugar no espaço onde as mãos se movem a configuração das mãos e o movimento delas.

Na década de 1970, a corrente que ganhou adeptos foi a “comunicação total”, na qual tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, acreditando-se que isso facilitaria a aquisição da língua oral e, em decorrência, da leitura e da escrita. Se, por um lado, a comunicação total favoreceu o uso de sinais, anteriormente proibidos pelos defensores do oralismo, por outro dificultou a sistematização de uma língua de sinais eficaz, uma vez que considerava válida qualquer tentativa de comunicação.

Nos últimos 20 anos, surgem em vários países novas alternativas orientadas para uma educação bilíngue. Bouvet nos mostra que a aquisição da língua de sinais acontece mais rapidamente e com mais naturalidade do que as propostas do oralismo e da comunicação total. Depois de adquirir, por convivência com iguais, a língua de sinais, o surdo deverá aprender a língua falada e escrita de seu país: no Brasil, a língua portuguesa. A oralização deve ser uma opção do surdo, obtida fora da escola bilíngue, geralmente com o auxílio de fonoaudiólogo.

Atualmente, as abordagens educacionais do oralismo, da comunicação total e do bilinguismo coexistem em vários países, todas em busca da instrução e integração do surdo, mas os melhores resultados têm sido alcançados na escola de educação bilíngue.

A ESCOLA BILÍNGUE

Pesquisas sobre a estrutura da língua sinalizadora, a reivindicação da comunidade Surda em utilizá-la, além dos resultados negativos ou menores, impostos pelo oralismo, levaram ao reconhecimento da importância da língua de sinais e, conseqüentemente à criação da escola bilíngue. Isso se deu como construção histórica, cultural e social, numa dimensão política, conforme as relações de poder desse processo.

O termo bilíngue leva a supor que uma escola bilíngue para surdos se assemelha às escolas bilíngues orais, como um colégio onde a comunicação aconteça em português e francês, por exemplo. Total engano, pois, enquanto o francês e o português são línguas que utilizam fonemas, a Libras tem uma estrutura totalmente diferente do português, uma vez que sua base é visual.

Embora possamos encontrar similaridades entre as línguas de sinais de vários países, elas são diferentes umas das outras, uma vez que não existe comunidade nem cultura universais. A principal função da língua de sinais é expressar conceitos, assim como acontece com as línguas orais; e esses conceitos podem ser concretos ou abstratos, simples ou complexos, relacionados a qualquer área do conhecimento. Apesar da relação próxima que os sinais têm com a imagem,

as modificações que sofrem ao longo do tempo e a combinação com outros sinais podem diminuir essa iconicidade.

Para Markowicz (1980) as línguas de sinais possuem sua própria gramática:

[...] Por fazerem uso do espaço e do corpo, as línguas de sinais apresentam diferenças significativas na forma de expressão se comparadas às línguas orais, o que levou algumas pessoas a as considerarem empobrecidas. As línguas de sinais, em geral, não apresentam preposições, flexões e artigos, e poucas são as conjunções. No entanto, por meio do uso do espaço, é possível expressar as mesmas relações comumente expressas por meio de proposições nas línguas orais. Dessa forma, pode-se afirmar que as línguas de sinais não são empobrecidas em relação às línguas orais, mas sim que elas expressam com outros recursos as mesmas ideias [...] (MARKOWICZ apud PEREIRA, 2011, p.19-20) Assim que detectada a surdez em uma criança, ela deverá ser encaminhada a uma escola bilíngue para que, junto a outros alunos surdos, adquira a língua materna (L1), a Libras - língua brasileira de sinais. O convívio com os “iguais” será benéfico, uma vez que proporcionará maior sociabilidade, desenvoltura e estabilidade emocional à criança surda. Além disso, a metodologia de ensino considerará os problemas relativos à surdez, incluindo todos os alunos no mesmo processo de aprendizagem; isso não significa que não serão avaliadas as diferentes limitações relativas a cada caso de surdez, decorrentes das condições físicas e do histórico social e psíquico de cada aluno.

O pedagogo que receber a criança surda na primeira infância deverá ter conhecimentos básicos acerca do aparelho auditivo e das possíveis causas da surdez, para pertinentes direcionamentos de sua prática de ensino e encaminhamentos a outros profissionais quando se fizer necessário. Também será muito importante estabelecer um contato periódico com os pais para possíveis intervenções familiares; convencê-los de que a família deve se comunicar em Libras com a criança surda é fundamental!

[...] As crianças surdas que têm pais surdos, usuários da língua de sinais, geralmente aprendem na interação com eles de forma semelhante e na mesma época em que as crianças ouvintes adquirem a língua majoritária. Além da língua de sinais, as crianças surdas filhas de pais surdos adquirem com a família aspectos da cultura Surda e identificam-se com a comunidade de Surdos. Quando chegam à escola, essas crianças já contam com uma língua, com base na qual poderão aprender a língua majoritária, na modalidade escrita [...] (PEREIRA, 2012, p.15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança surda deve ter acesso a uma comunidade escolar linguística sinalizadora desde a educação infantil até meados do ensino fundamental; depois de adquirir o conteúdo em Libras (L1), ela deverá aprender sistematicamente a língua portuguesa (L2). Enquanto a primeira se dá por aquisição, a segunda se faz pelo aprendizado. O ensino da língua portuguesa é imprescindível, mas ele deve ocorrer após a aquisição da Libras.

[...] A aquisição da língua de sinais pelas crianças surdas filhas de pais ouvintes só poderá ocorrer na interação com adultos Surdos que as insiram no funcionamento linguístico da língua de sinais por meio de atividades discursivas que envolvam seu uso, como diálogos e relatos de história; isto é, em atividades semelhantes às vivenciadas por crianças ouvintes

ou surdas filhas de pais Surdos na interação com os pais. A interação com adultos Surdos será propiciada por uma escola que conte com professores e profissionais surdos usuários da língua de sinais e com professores ouvintes fluentes que a usem na comunicação e no desenvolvimento do conteúdo programático[...] (PEREIRA, 2012, p.15)

A tentativa de oralização não deve ocorrer em uma escola bilíngue para surdos, uma vez que ela será prejudicial tanto para a aquisição de Libras como para o aprendizado do Português. Devemos nos ater a uma concepção socioantropológica da surdez, aquela que considera a surdez como uma diferença a ser respeitada e não eliminada, ao contrário da concepção clínico-patológica, que visa integrar o surdo no mundo dos ouvintes, buscando sua “normalização”.

[...] a concepção clínico-patológica, a surdez é vista como patologia, como deficiência, e o surdo, como deficiente. Sendo uma patologia, deve ser tratada, colocando-se aparelho de amplificação sonora individual ou fazendo-se implante coclear e procedendo-se a treinamento auditivo intensivo. O aproveitamento dos restos auditivos conduziria a uma fala melhor e afastaria o surdo do grupo dos deficientes. Na concepção socioantropológica da surdez, a língua de sinais constitui o elemento identificatório dos Surdos, e o fato de estes constituírem comunidade possibilita que compartilhem e conheçam as normas de uso dessa língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente[...] (SKLIAR apud PEREIRA, 2012, p.20-21)

A escola bilíngue deve estar aparelhada para receber o aluno surdo não apenas fisicamente, mas reestruturada de maneira que todos os envolvidos no processo de aprendizagem venham contribuir para a evolução da criança e superação da deficiência auditiva na medida em que outros estímulos, sobretudo o visual, sejam considerados.

Para a aquisição de Libras, é favorável que a escola bilíngue tenha professores surdos em seu quadro docente, pois a identificação da criança surda com seu mestre melhora sua autoestima, e porque nem sempre a competência de professores ouvintes é suficiente. Considerando que a identidade se constrói pela alteridade, é fundamental lutarmos para que a alteridade do surdo seja outro surdo e não ouvinte, pois assim ele poderá se enxergar em alguém possível de vir a ser.

Acima de tudo, a escola bilíngue deve estar voltada para a construção de uma autoimagem positiva do sujeito surdo, pois isso é que irá proporcionar a ele a possibilidade de uma verdadeira integração com os ouvintes. Para garantir tal resultado é imprescindível que a educação bilíngue não esteja voltada apenas para tradução dos conteúdos programáticos em Libras e português, mas considere em seu planejamento a discussão dos aspectos culturais das comunidades surdas, sua história e direitos, para que o Surdo possa se identificar com a cultura da comunidade que pertence, e, dentro de uma proposta multiculturalista, participar na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.S. e FREITAS, M.I.C. **A cartografia nos estudos do meio ambiente: por uma prática bilíngue visando à inclusão dos alunos surdos**, Acesso 17 set. 2012, disponível em: editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=678

BORGES DA SILVA, Claudionir. **Cenário Armado, objetos situados: O Ensino de Geografia na Educação de Surdos** (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre-RS, 2003.

CAMPOS, S.R.L. **Aspectos Anatomofisiológicos e a Organização Neural de Surdos Usuários de Língua de Sinais**. In: Curso de formação de professores em educação especial com ênfase em surdez. São Paulo: UPM, 2012. (acesso restrito)

FARIAS A.M. **Entrevista escolar: uma possibilidade de construção de metac conhecimento?** (Dissertação de Mestrado na Área de Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo-SP, 1999.

FONTELES, D.S.R. **Fundamentos Políticos e Filosóficos da Educação Inclusiva**. In: Curso de formação de professores em educação especial com ênfase em surdez.